

*A Vale é nossa!*

# Plebiscito pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce

**D**urante a Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro, os brasileiros poderão se posicionar sobre um dos maiores roubos já praticados contra o patrimônio público: a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. A Confederação Nacional de Lutas (Conlutas) e diversas outras entidades do movimento sindical e popular estão organizando um plebiscito para este período, para saber da população se deseja que a Vale continue nas mãos do capital privado.

A Vale, maior mineradora de ferro do mundo, foi privatizada em 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em meio a um processo escandaloso. A empresa foi vendida por R\$ 3,3 bilhões de reais, 28 vezes menos do que o seu valor real,



na época estimado em cerca de R\$ 92 bilhões. Outra irregularidade: embora tenha feito parte do processo de avaliação, o Banco Bradesco participou, de maneira camuflada, da compra da empresa. A “avaliação” deixou de lado parte do patrimônio da Vale (ferrovias, portos etc), bem como sua tecnologia e os recursos naturais que poderia explorar (titânio, urânio, calcário, estanho, granito, zinco e outros).

No ano passado, a Vale teve o maior lucro entre todas as empresas da América Latina, ultrapassando até mesmo a Petrobrás. Atualmente, a maior parte de seu controle acionário pertence a grupos estrangeiros.

### As perguntas

O plebiscito está orga-

nizado principalmente em torno à Vale do Rio Doce, mas vai tratar também de três outros temas: dívida externa e interna, tarifa de energia elétrica e, também, Reforma da Previdência. Para cada uma das quatro perguntas, é preciso responder SIM ou Não. São elas:

**1)** Em 1997, a companhia Vale do Rio Doce - patrimônio construído pelo povo brasileiro - foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo federal pode anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?

**2)** O governo federal deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?

**3)** Você concorda que a energia

elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até oito vezes mais que as grandes empresas?

**4)** Você concorda com uma Reforma da Previdência que retire direitos dos trabalhadores?

A entrega do resultado do plebiscito será feita no dia 25 de setembro e, para marcar a data, a Conlutas propõe que sejam realizadas paralisações e mobilizações de rua em todo o país. No dia 24 de outubro, está prevista uma grande Marcha a Brasília.

### No site

O Sintunesp considera importante o plebiscito e deverá realizá-lo em sua base. Em breve, serão divulgados os detalhes e

como o servidor pode participar. No site da entidade, serão disponibilizadas as orientações gerais e o modelo de cédula.



*O exterminador do futuro em ação*

## Sintunesp repudia demissões no Metrô

Em reação a uma forte e organizada greve dos metroviários, realizada nos dias 2 e 3 de agosto, como parte da campanha salarial da categoria, o governador José Serra decidiu partir para a truculência pura. Em vez de negociar com os trabalhadores, anunciou 61 demissões, dentre elas diretores de base do Sindicato e membros das chapas que estão concorrendo nas eleições da entidade, com a alegação de que tiveram “baixo rendimento”.

O Sintunesp repudia veementemente tal atitude e assina nota elaborada pela Confederação Nacional de Lutas (Conlutas). A entidade deverá participar de um ato público de apoio aos metroviários, que acontecerá em breve, na capital.

## Projeto enviado por Lula ao Congresso autoriza fundações privadas a gerir o setor público

### *Novo modelo acaba com a estabilidade do servidor*

O governo Lula quer acabar com a estabilidade do servidor público. Para isso, já enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que cria a figura jurídica da fundação estatal de direito privado. Por meio dessa manobra, poderão ser contratados servidores sem as mesmas garantias concedidas atualmente ao funcionalismo público. Tais fundações poderão aplicar aos servidores públicos as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela qual o funcionário “ineficiente” pode ser demitido. O projeto já estava previsto desde a reforma administrativa do governo Fernando Henrique, mas havia sofrido forte reação do PT na época.

Segundo o ministro do Planejamento do governo Lula, Paulo Bernardo, o objetivo é “dar mais agilidade, eficiência e rapidez no atendimento à população” (*Jornal do Comércio*, 13/7/2007). A declaração não poderia ser mais cínica: o governo Lula desvia boa parte da riqueza

nacional, que deveria ser investida na melhoria dos serviços prestados à população, para os banqueiros nacionais e estrangeiros. O resultado é um verdadeiro sucateamento da saúde, educação, habitação, segurança pública, previdência etc. Obviamente, é mais fácil jogar a culpa pelas deficiências dos serviços públicos nas costas do servidor.

“É o maior projeto de privatização das políticas sociais já realizado por um governo neste país”, considera Sara Granemann, especialista no assunto e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ (*O Globo*, 13/7/2007). Ela lembra que o projeto é apresentado, não por acaso, em meio a uma série de iniciativas do governo contra o direito de greve do funcionalismo.

### HU’s seriam os primeiros

O governo pretende começar a “experiência” nos hospitais

públicos federais tão logo o projeto de lei seja aprovado no Congresso. Em seguida, a idéia seria expandida para outras áreas do serviço público. A princípio, a proposta valeria para os dez hospitais que, hoje, são subordinados ao Ministério da Saúde - nove no Rio e um em Porto Alegre - e para os 48 hospitais universitários de instituições federais, mas poderá ser adotada também por estados e municípios, totalizando cerca de 2.500 unidades.

Embora garanta que não haverá mudança para os funcionários públicos que já ingressaram na carreira, é claro que as novas regras de contratação devem precarizar progressivamente as relações de trabalho nos hospitais universitários, numa verdadeira privatização disfarçada. O

controle dos HU’s pelas fundações pode comprometer, ainda, o caráter principal destes órgãos, que é de ensino e pesquisa, bem como facilitar o atendimento via planos privados.

### Em São Paulo

O governo Serra já demonstrou sua satisfação com a iniciativa do governo federal. O secretário de Gestão de São Paulo, Sidney Beraldo, disse que a fundação estatal tem a “simplicidade” do governo paulista.

As entidades que compõem o Fórum das Seis (entre elas, o Sintunesp) já estão estudando o projeto de lei enviado ao Congresso pelo governo Lula, a fim de propor à categoria uma reação a esta iniciativa do governo. Fique atento ao debate!